

# EDUCAÇÃO PARA TODOS: DESAFIOS E AVANÇOS DA INCLUSÃO NO BRASIL

Isabela Borges Paluch<sup>1</sup>

Larissa Rolim Borges-Paluch<sup>2</sup>

## RESUMO

O estudo teve como objetivo analisar a situação da educação especial e inclusiva no Brasil, com foco nas matrículas de alunos com necessidades educacionais específicas em escolas regulares, a acessibilidade das escolas e a formação docente. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental de natureza qualitativa, na qual foram analisados dados do Censo Escolar de 2023 e informações de sites de institutos e pesquisas relevantes sobre educação. Os resultados indicam um aumento significativo nas matrículas de alunos com necessidades educacionais específicas em classes regulares, embora persistam desafios como a falta de acessibilidade, redução da alta taxa de evasão e reprovação e a necessidade de formação continuada para docentes. Conclui-se que a educação inclusiva avançou no país, mas ainda enfrenta obstáculos que precisam ser superados, como a melhoria das políticas públicas educacionais, para garantir o direito à educação de qualidade para todos os alunos.

**Palavras-chave:** inclusão escolar; acessibilidade; atendimento educacional especializado.

## ABSTRACT

The study aimed to analyze the situation of special and inclusive education in Brazil, focusing on the enrollment of students with specific educational needs in regular schools, school accessibility, and teacher training. This qualitative documentary research analyzed data from the 2023 School Census and information from relevant educational institutions and research websites. The results indicate a significant increase in enrollments of students with specific learning needs in regular classrooms, although several challenges persist such as inadequate physical structures, high dropout and failure rates of these students, and the lack of ongoing teacher training. It is concluded that inclusive education has advanced in the country, but still faces obstacles that need to be overcome, such as the improvement of educational public policies, to guarantee the right to quality education for all students.

**Keywords:** school inclusion; accessibility; specialized educational services.

## 1. INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto de 17 objetivos interligados, adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, com a finalidade de erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir paz e prosperidade para todas as pessoas até 2030. A Meta 4 concentra-se na Educação de Qualidade, cujo objetivo principal é assegurar que todos tenham acesso a uma

educação equitativa e inclusiva, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida (ONU, 2024).

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) define a educação inclusiva como um paradigma educacional fundamentado nos direitos humanos, que conjuga igualdade e

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), isabelapaluch@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Biológicas UFPR Licenciada em Educação Especial e Licenciada em Pedagogia. Tutora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), larissapaluch@gmail.com.br

diferença como valores indissociáveis. Este paradigma avança em relação à equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas que produzem a exclusão, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar (Brasil, 2008).

Com um histórico repleto de lutas e conquistas ao longo de várias décadas, a Educação Inclusiva (EI) desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e equânime. A partir da perspectiva de igualdade de oportunidades, valoriza as diferenças humanas, étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero, buscando garantir o direito à educação para todos (Instituto Unibanco, 2024).

## EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Capítulo V, Art. 58, deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades específicas. Quando necessário, devem existir serviços de apoio especializado nas escolas regulares para atender às peculiaridades da clientela da educação especial (Brasil, 1996; 2013).

A Resolução do Conselho Nacional de Educação estabelece Diretrizes Nacionais para a educação de alunos com necessidades educacionais específicas, afirmando que a educação especial deve ser transversal, abrangendo desde a educação infantil até a

educação superior, com serviços e recursos próprios para esse atendimento (Brasil, 2001).

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência (PcD), promovendo sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015). A definição da modalidade de educação especial tem evoluído, refletindo as especificidades dos alunos e gerando discussões contínuas sobre como oferecer ensino que atenda a essas necessidades.

## PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

De acordo com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o público-alvo da Educação Especial inclui Pessoas com Deficiência (PcD), Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). Esta modalidade de educação deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, abrangendo todos os níveis, etapas e modalidades, desde a educação infantil até a educação ao longo da vida (Brasil, 1996; 2013).

Conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, PcD é definido como a pessoa que possui um impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Essa legislação enfatiza que a deficiência se manifesta em interação com as barreiras existentes no ambiente, sejam elas físicas, sociais ou atitudinais, limitando o acesso a oportunidades e recursos (Brasil, 2015).

O termo TGD foi utilizado até 2013 pelo Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), sendo definido como um conjunto que inclui o autismo e outros transtornos associados, como o Transtorno de Rett, o Transtorno Desintegrativo da Infância e o Transtorno de Asperger, entre outros. Também eram consideradas outras nomenclaturas relacionadas ao autismo, como autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento e autismo atípico.

Na sua última atualização, o manual introduziu significativas mudanças nos critérios diagnósticos para os transtornos do neurodesenvolvimento. Uma das principais alterações foi a substituição do termo TGD pelo mais abrangente Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa nova classificação teve enfoque principalmente em déficits persistentes na comunicação e interação social, além de padrões repetitivos e restritos de comportamento, atividades ou interesses (DSM-5-TR, 2022). De acordo com a Lei nº 12.764, TEA é considerada uma deficiência para todos os efeitos legais (Brasil, 2012).

Os estudantes com AH/SD são aqueles que apresentam desempenho intelectual, criativo

ou de outra natureza marcadamente superior ao de seus pares. Segundo o Ministério da Educação, essa superdotação pode se manifestar de diversas formas, incluindo elevada capacidade de raciocínio, aprendizagem acelerada, memória excepcional, facilidade para resolver problemas complexos, originalidade, fluidez de ideias e pensamento divergente (Brasil, 2008).

Além disso, esses estudantes podem demonstrar habilidades para produzir trabalhos inovadores, coordenação motora refinada, agilidade, destreza, habilidades atléticas excepcionais, talento musical, visual, teatral ou literário, além de grande sensibilidade estética e criatividade, e habilidades para liderar grupos, influenciar outras pessoas e alcançar objetivos regulares (Castro; Britto, 2023).

A identificação de pessoas com AH/SD tem se pautado na perspectiva teórica do Modelo dos Três Anéis de Renzulli. Este modelo é fundamentado na confluência de três fatores: habilidade intelectual acima da média, envolvimento com a tarefa e criatividade, influenciando fortemente o PNEEPEI (Brasil, 2008).

#### ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma mediação pedagógica que visa possibilitar o acesso ao currículo, atendendo às necessidades

educacionais específicas de PcD, TEA e AH/SD. Esse atendimento deve estar presente no projeto pedagógico da escola, abrangendo todas as etapas e modalidades da educação básica (Brasil, 2011).

O AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos. As atividades desenvolvidas no AEE diferem daquelas realizadas na sala de aula regular, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos, visando à autonomia e à independência tanto na escola quanto fora dela, sendo realizado prioritariamente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) da própria escola, em outra escola de ensino regular ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), públicos ou privados (Brasil, 2011).

A mesma normativa legal estabelece que as instituições privadas que oferecem AEE devem ser comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, com atuação na educação especial e conveniadas com o Poder Executivo do ente federativo competente.

As atividades visam ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioafetivas, psicomotoras, linguísticas, comunicacionais, identitárias e culturais dos estudantes, considerando suas singularidades. As ações pedagógicas realizadas pelo professor especializado têm como objetivo apoiar as

atividades desenvolvidas pelo professor na classe regular.

A busca por uma educação de qualidade para todos é um dos grandes desafios da sociedade contemporânea, que visa garantir a EI e equitativa, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Essa preocupação global reflete a necessidade de uma análise aprofundada da educação especial no contexto brasileiro, considerando a perspectiva inclusiva.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo traçar um panorama da educação especial na perspectiva inclusiva no Brasil, com foco principalmente na qualidade do atendimento educacional para alunos alvo da educação especial nas escolas regulares da educação básica.

## **2. METODOLOGIA**

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e documental. Segundo Gil (2022), a pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos a partir de uma perspectiva interpretativa e subjetiva, permitindo uma análise que vai além da simples descrição de frequências. O objetivo é identificar padrões, tendências e significados mais profundos que emergem dos dados coletados.

A abordagem documental, por sua vez, fundamenta-se na utilização de documentos oficiais como principais fontes de dados. Esses documentos contêm um vasto conjunto de

informações fidedignas sobre o tema em questão, possibilitando uma análise robusta e embasada.

Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se como principal fonte de coleta de dados o Censo Escolar 2023 (INEP, 2024a). As informações obtidas foram complementadas com dados de relatórios e publicações do Ministério da Educação, bem como de instituições que realizam pesquisas relacionadas à Educação Especial. Essa combinação de fontes visa proporcionar uma análise mais aprofundada das variáveis em estudo.

Os indicadores avaliados incluem: Matrículas de alunos-alvo da Educação Especial em classes regulares; Matrículas por tipo de público-alvo da Educação Especial; Comparação entre matrículas em classes regulares e classes especiais; Análise do acesso e permanência em relação à evasão e reprovação; e Formação continuada de docentes em Educação Especial.

Esses indicadores visam fornecer uma visão abrangente da situação da EI no Brasil, permitindo identificar desafios e oportunidades para a melhoria do AEE.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **MATRÍCULAS DE ALUNOS-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CLASSES REGULARES**

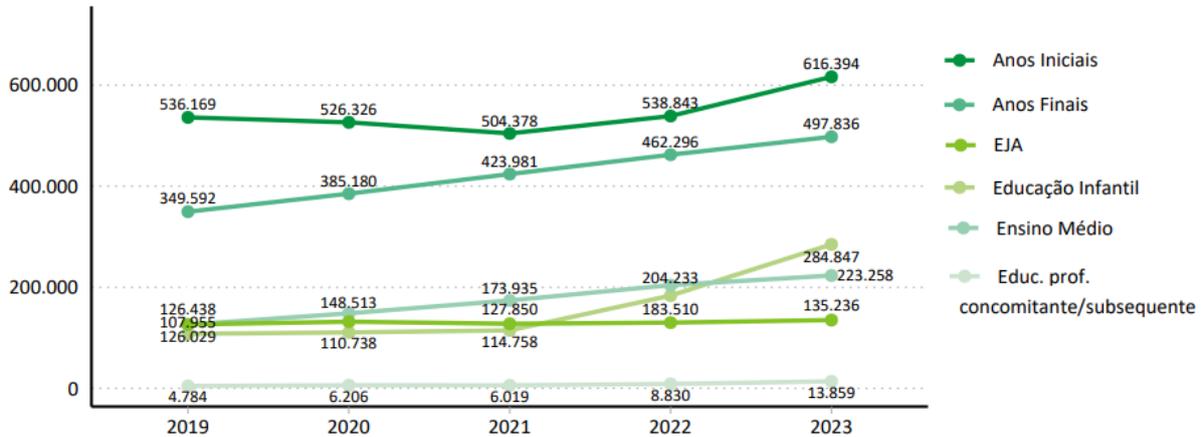
Os dados do Censo Escolar de 2023 revelam que o Brasil registrou um total de 47,3 milhões de matrículas nas 178,5 mil escolas de educação básica. Deste total, cerca de 3,7% correspondem a matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes regulares, totalizando 1.771.430 alunos, o que representa um aumento significativo de 41,6% em comparação a 2019 (INEP, 2024a).

Conforme Gráfico 1, a maior parte das matrículas concentra-se no ensino fundamental, que abrange 62,9% do total. Ao analisar o crescimento das matrículas entre 2019 e 2023, observa-se um expressivo aumento de 193% nas matrículas de creche e de 151% nas de pré-escola.

Esses dados evidenciam que as legislações e regulamentações educacionais, juntamente com diversas políticas inclusivas, foram cruciais para a efetiva inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas em escolas regulares. Embora ainda haja um longo caminho a percorrer, a EI tem sido um dos setores que mais avançaram nas últimas duas décadas no país.

Além disso, Avancini (2024) destaca que a política de EI tem recebido maior adesão por parte de famílias mais jovens, cujos filhos estão ingressando diretamente em classes regulares. Esse movimento é impulsionado por esforços do poder público, que, sob pressão do Ministério Público e da sociedade, busca ampliar a oferta de serviços educacionais inclusivos.

Gráfico 1. Número de matrículas de alunos alvo da educação especial de acordo com a etapa de ensino entre 2019 e 2023.



Fonte: INEP (2024a)

O boletim do Instituto Unibanco (2017) ressalta que a EI traz benefícios não apenas para os alunos com deficiência, mas para todos os estudantes. Essa abordagem promove a socialização e o desenvolvimento emocional, além de favorecer o desenvolvimento cognitivo de crianças e jovens com deficiência. Em muitos contextos, o convívio em ambientes inclusivos também contribui para o desenvolvimento intelectual e socioemocional dos alunos sem deficiência.

Entrevistas realizadas pelo Instituto Rodrigo Mendes (2024) indicam que, do ponto de vista social, o aumento das matrículas reflete uma crescente confiança das famílias de pessoas com deficiência (PcD) na EI, o que é fundamental para a construção de políticas adequadas.

No entanto, é importante ressaltar que o mero aumento das matrículas na educação especial não garante uma inclusão efetiva com a

qualidade desejada. Embora a presença desses estudantes em classes regulares seja um indicativo positivo, ainda persistem desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de capacitação dos profissionais nas escolas para assegurar uma inclusão real.

#### MATRÍCULAS POR TIPO DE PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Dados do INEP (2024a) indicam que a proporção de PcD, TGD e AH/SD matriculados em classes regulares tem aumentado gradualmente em quase todas as etapas de ensino. Com exceção da Educação de Jovens e Adultos (EJA), as demais etapas da educação básica apresentam mais de 90% de alunos incluídos em classes regulares em 2023. A maior proporção de inclusão é observada no ensino médio, com uma taxa de 99,5%. O maior crescimento na inclusão de alunos ocorreu na

educação infantil, com um aumento de 4,8% no período analisado (Gráfico 2).

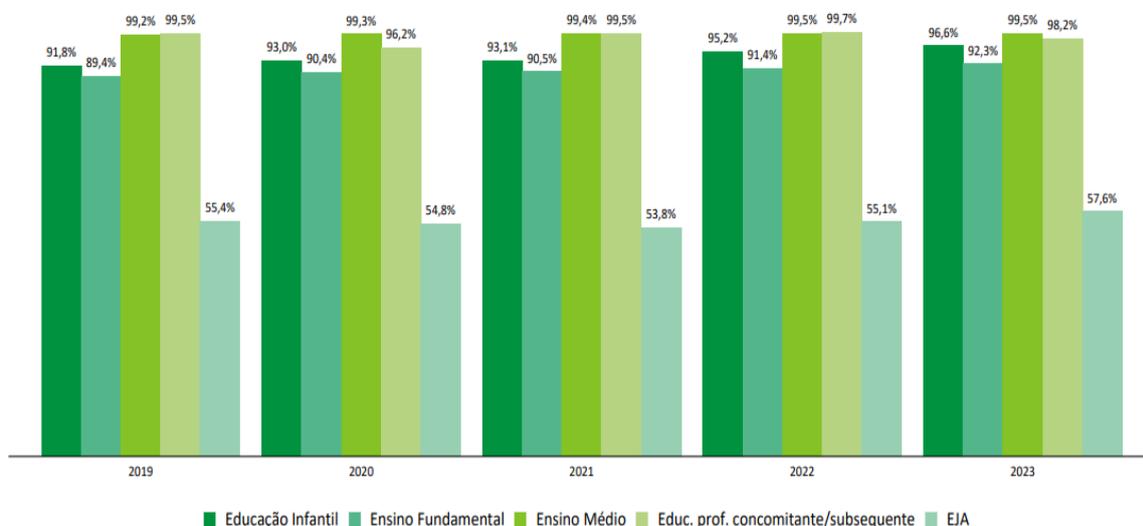
A inclusão escolar vai além da simples presença física de alunos com e sem deficiência na mesma sala de aula. Para que a inclusão seja efetiva, é fundamental que as práticas pedagógicas sejam adaptadas para atender às particularidades e necessidades de cada aluno, valorizando seus pontos fortes (Instituto Unibanco, 2017).

No panorama geral, conforme ilustrado no Gráfico 3, observa-se que, entre os alunos com necessidades educacionais específicas, o

grupo mais representativo é composto por estudantes com deficiência intelectual, que totalizam 46,8% do total. Em seguida, estão os alunos com autismo, representando 31,2%, e aqueles com deficiência física, que correspondem a 8,0% (INEP, 2024b).

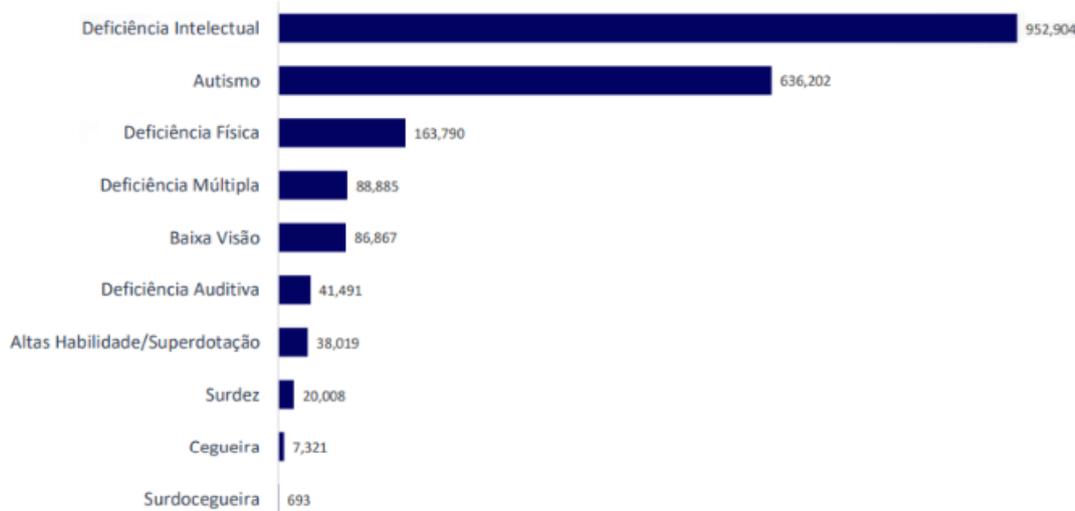
Esses dados ressaltam a importância de uma abordagem pedagógica diferenciada e inclusiva, que considere as diversas necessidades dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizado que favoreça a participação e o desenvolvimento de todos.

Gráfico 2. Número de matrículas de alunos com alunos com PcD, TGD e AH/SD em classes regulares ou especiais exclusivas, segundo a etapa de ensino no Brasil de 2019-2023.



Fonte: INEP, 2024<sup>a</sup>

Gráfico 3. Matrículas na educação especial de alunos com PcD, TGD e AH/SD no ano de 2023.



Fonte INEP (2024b)

O Gráfico 3 ilustra um cenário complexo e multifacetado da educação especial no Brasil, destacando a predominância de alunos com deficiência intelectual<sup>3</sup>. Essa alta incidência sugere a necessidade de um maior investimento e atenção a esse grupo específico, possivelmente devido a fatores como um aumento no conhecimento e diagnóstico, maior conscientização sobre os direitos das PcD e uma oferta ampliada de serviços especializados.

Entretanto, é preocupante notar que há uma quantidade reduzida de matrículas de alunos com surdez, cegueira e surdocegueira em escolas regulares. As barreiras que contribuem para essa situação incluem a falta de acessibilidade, a escassez de recursos e profissionais especializados, além de preconceitos e estigmas, como o bullying, que

esses alunos enfrentam. Essas dificuldades limitam as oportunidades de desenvolvimento e socialização em ambientes escolares regulares.

Segundo Oliveira *et al.* (2022), um dos grandes desafios para a matrícula de estudantes surdos é que as escolas não estão preparadas para recebê-los. Pois, apesar dos direitos adquiridos, é essencial que, ao serem incluídos no contexto escolar, esses alunos recebam um ensino que respeite sua língua, que é a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Os autores ainda destacam que é fundamental haver escolas bilíngues, sendo necessário que a escola, em conjunto com a Secretaria de Educação, providencie um intérprete de Libras, cujo papel principal é facilitar a intermediação e promover a

<sup>3</sup>deficiência intelectual é um espectro amplo, com diferentes níveis de gravidade, o que exige uma abordagem pedagógica individualizada e flexível.

comunicação entre o aluno surdo e o professor e deste com os alunos ouvintes.

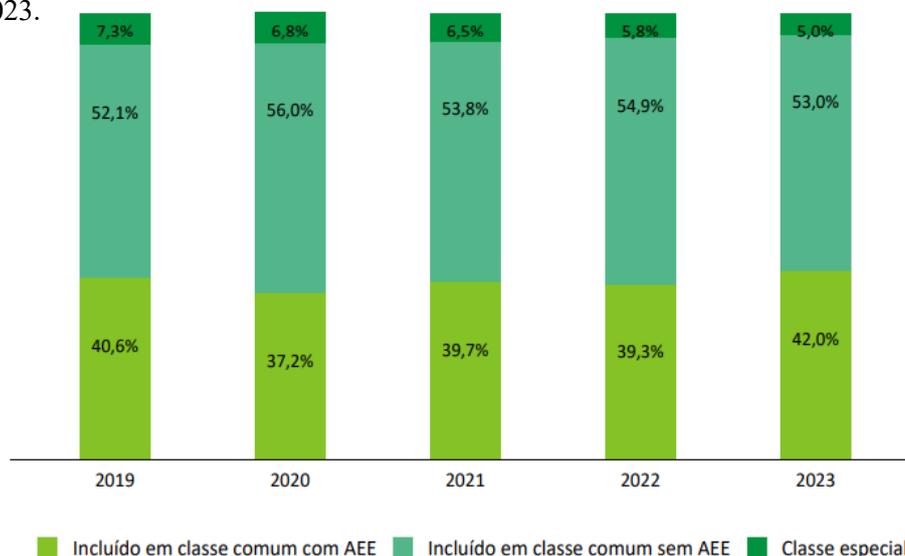
De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) de 2022, a população brasileira conta com 18,6 milhões de PcD, o que representa 8,9% do total de habitantes com 2 anos ou mais. Esses números têm um impacto significativo na taxa de escolarização entre crianças e adolescentes no Brasil. A taxa de escolarização entre crianças e adolescentes sem deficiência é de 99,4% na faixa etária de 6 a 14 anos, enquanto essa taxa cai para 95,1% entre aqueles com deficiência. Para os adolescentes de 15 a 17 anos, esse número é de 93% para os sem deficiência e 84,6% para os com deficiência (IBGE, 2022).

### COMPARAÇÃO ENTRE MATRÍCULAS EM CLASSES REGULARES E CLASSES ESPECIAIS

O Gráfico 4 demonstra uma evolução significativa nas modalidades de ensino entre 2019 e 2023. Observa-se que o percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos, incluindo PcD, TGD e AH/SD, em classes regulares aumentou de forma gradual. Em 2019, esse percentual era de 92,7%, enquanto em 2023 alcançou 95%. Além disso, a proporção de alunos incluídos em classes regulares que tinham acesso ao AEE passou de 40,6% em 2019 para 42% em 2023, indicando um leve avanço na oferta de suporte educacional especializado.

O gráfico 4 também evidencia uma redução no número de alunos do público-alvo da educação especial matriculados em classes especiais ou exclusivas. Em 2019, esses estudantes representavam 7,3% das matrículas, mas esse número caiu para apenas 5% em 2023, o que corresponde a 96.446 estudantes na faixa etária analisada.

Gráfico 4 Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade grupo alvo da educação especial que frequentam classes regulares (com e sem atendimento educacional especializado) e classes especiais exclusivas entre 2019 e 2023.



Fonte: INEP (2024a)

Esses dados refletem um movimento positivo em direção à inclusão, com um aumento na matrícula de alunos em classes regulares e uma diminuição na dependência de classes especiais. No entanto, é crucial continuar monitorando e promovendo políticas que garantam não apenas a presença desses alunos nas escolas regulares, mas também a qualidade do ensino e o suporte necessário para que possam desenvolver seu potencial plenamente.

É evidente o aumento gradual na inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas em classes regulares. Entretanto, o Instituto Rodrigo Mendes (2024) alerta que o ritmo de progresso da inclusão escolar pode ser comprometido se não forem superados desafios mais complexos. Dentre esses, destacam-se a implementação efetiva das políticas públicas e a oferta adequada de recursos pedagógicos e acessibilidade para todos os alunos. Além disso, é fundamental investir na formação continuada de professores, gestores e demais profissionais da educação, a fim de promover uma cultura inclusiva que valorize a diversidade e combata o capacitismo.

Por outro lado, Avancini (2024) aponta uma crescente adesão das famílias mais jovens à inclusão escolar, com seus filhos ingressando diretamente em classes regulares. Esse movimento, aliado à pressão das comunidades e do Ministério Público, tem impulsionado o poder público a ampliar a oferta de serviços e

recursos para a EI. Assim, fica evidente que essa combinação de fatores, tanto os desafios quanto as oportunidades, demonstram a complexidade do processo de inclusão escolar e a necessidade de ações por parte dos diferentes atores sociais envolvidos.

De acordo com a PNEEPEI, é fundamental reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar práticas discriminatórias e buscar alternativas para superá-las. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais deve ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural na escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (Brasil, 2008).

Essas reflexões advertem para a importância de um compromisso coletivo para garantir que a inclusão não seja apenas uma meta, mas uma realidade vivida por todos os estudantes, independentemente de suas necessidades educacionais.

#### ANÁLISE DO ACESSO E PERMANÊNCIA EM RELAÇÃO À EVASÃO E REPROVAÇÃO

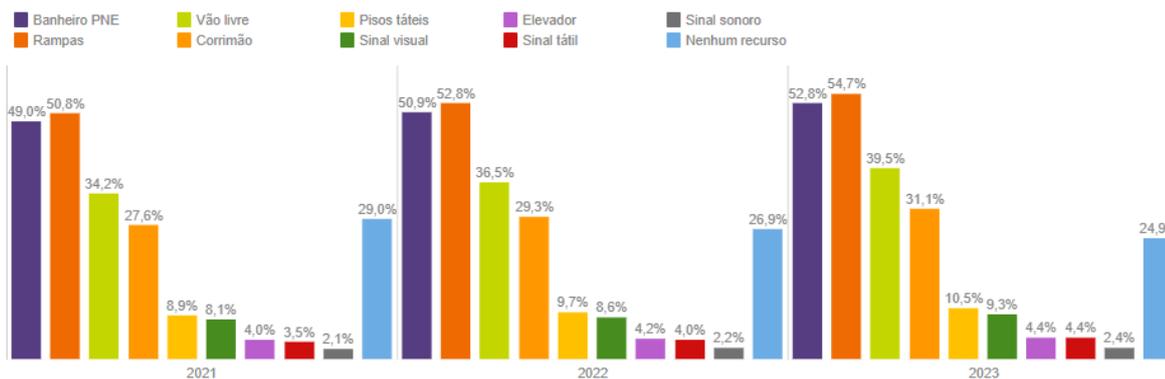
O Painel de Indicadores da Educação Especial revela que a acessibilidade nas escolas brasileiras continua a ser um desafio significativo. Entre as instituições de ensino avaliadas, observa-se um crescimento gradual na

oferta de recursos de acessibilidade ao longo dos anos analisados (Instituto Rodrigo Mendes, 2024).

Nesse estudo os maiores avanços em acessibilidade entre 2021 e 2023 incluem a presença de banheiros adaptados, que aumentou de 49,0% em 2021 para 52,8% em 2023, rampas, que passaram de 50,8% para 54,7%, e a disponibilidade de vão livre, que subiu de 34,2% para 39,5%.

Entretanto, os dados também indicam que os números mais preocupantes estão relacionados aos recursos de sinalização. A sinalização visual, por exemplo, aumentou de 2,1% para 2,4%, enquanto a tátil passou de 3,5% para 4,4%, e a sonora de 4,0% para 4,4%. Esses valores evidenciam que, apesar dos avanços, ainda há uma necessidade urgente de melhorias na infraestrutura das escolas para garantir a plena acessibilidade e inclusão de todos os alunos (Gráfico 5).

Gráfico 5. Itens de acessibilidade em Escolas da Educação básica entre 2021 e 2023.



Fonte: Instituto Rodrigo Mendes (2024)

Os dados do gráfico 5 são corroborados por pesquisa de Alfano e Castro (2024), com base nos dados do Censo Escolar de 2023, que revela um cenário paradoxal na EI brasileira. Apesar do crescimento no número de matrículas de estudantes com necessidades específicas em escolas regulares, a infraestrutura escolar ainda é inadequada para garantir a acessibilidade de todos os alunos.

O estudo aponta que apenas 15% das escolas brasileiras possuem todas as salas de

aula e banheiros adaptados para pessoas com mobilidade reduzida. A escassez de elevadores e a ausência de rampas em metade das instituições evidenciam que as barreiras arquitetônicas também são um obstáculo à plena inclusão. Além disso, outros elementos essenciais para a acessibilidade, como corrimãos, pisos táteis e sinalização adequada, são frequentemente ausentes, e menos de 0,1% das escolas brasileiras possuem todos esses recursos.

Avancini (2024) também aborda dados do mesmo Censo Escolar e indica que, de fato, os estudantes público-alvo da educação especial estão entre os que mais sofrem as consequências de processos de exclusão inerentes ao sistema educacional, como sinalizam as taxas de evasão e repetência. E taxa de repetência de estudantes da educação especial foi de 2,8% no ensino fundamental e de 3,7% no ensino médio, enquanto, na média geral, esses números ficaram em 2,3% no ensino fundamental e 3,9% no ensino médio.

O mesmo autor ressalta que a taxa de evasão, para esse público foi de 4,9% no fundamental e 6,2% no ensino médio, sendo que a média geral foi de 3% no ensino fundamental e 5,9% no ensino médio. Também é enfatizado que a distorção idade-série<sup>4</sup> no 6º ano do ensino fundamental é de 36,4% na educação especial, enquanto a média nacional é de 15,8%.

Com base em todos esses dados, fica evidente que a evasão escolar de estudantes com necessidades educacionais específicas é um problema complexo e multifatorial, com raízes profundas nas práticas pedagógicas e nas políticas educacionais. Dessa forma, a reprovação desempenha um papel central nesse processo, demonstrando uma falha na proposta pedagógica que, em vez de promover o aprendizado, perpetua um ciclo de fracasso e desmotivação. Pois, ao manter os estudantes

estagnados em um mesmo nível de escolaridade, a reprovação impacta negativamente sua autoestima e bem-estar emocional, contribuindo para o isolamento social e a evasão escolar.

Acredita-se que dentre os principais fatores para a reprovação está a concepção inadequada de avaliação, que prioriza a classificação e a seleção dos estudantes em vez de acompanhar seu desenvolvimento e orientar o processo de ensino e aprendizagem. Consequentemente quando a avaliação é utilizada como um instrumento de controle e punição, em vez de ser uma ferramenta para identificar as necessidades individuais de cada aluno e oferecer o suporte necessário, ela contribui para a criação de um ambiente escolar hostil e excludente, que afasta os estudantes com necessidades educacionais específicas.

Contraditoriamente a esses dados, recente pesquisa realizada em diversos países, e divulgada pelo Instituto Unibanco (2017) destaca que a inclusão de alunos com deficiência em salas de aula regulares promove benefícios tanto para esses estudantes quanto para seus colegas sem deficiência.

Esse estudo internacional revela que a convivência em um mesmo ambiente escolar favorece o desenvolvimento de habilidades como leitura e matemática entre os alunos com deficiência, além de reduzir a frequência de incidentes comportamentais. Foi observado

---

<sup>4</sup> O estudante está pelo menos dois anos defasado em relação à série esperada para a idade.

também que 58% dos alunos sem deficiência que estudam em salas de aula inclusivas apresentaram impactos positivos em seu desempenho acadêmico.

Portanto, a convivência em um ambiente escolar inclusivo favorece o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e reduz incidentes comportamentais, evidenciando a importância de um ambiente educacional que promova a inclusão e a diversidade. Além disso fica evidente a necessidade urgente de reformular as práticas de avaliação e as políticas educacionais, priorizando o desenvolvimento individual dos alunos e criando um ambiente escolar acolhedor e inclusivo para todos.

#### FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

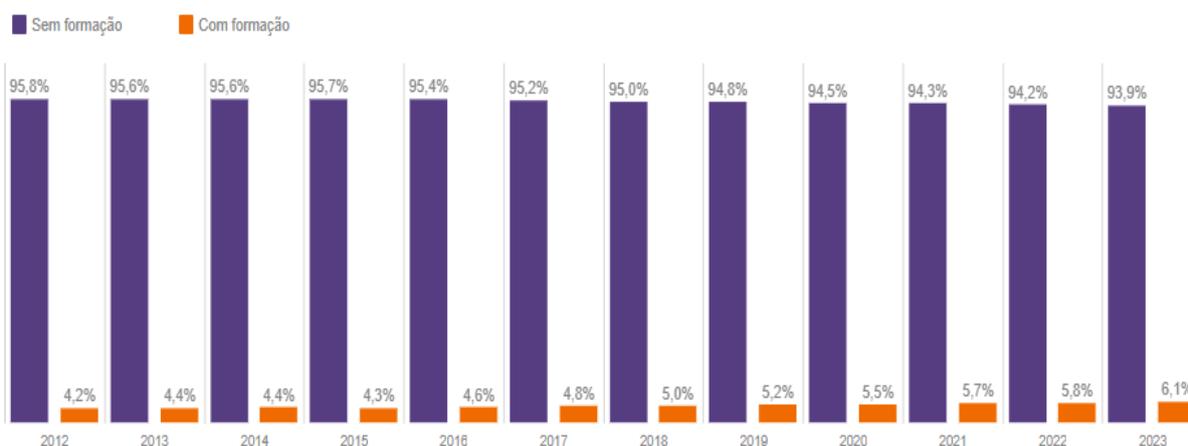
Observa-se no gráfico 6 um pequeno aumento na proporção de docentes das escolas

regulares com formação específica na área aumentando 4,2 em 2012 para 6,1 em 2023 (Instituto Rodrigo Mendes, 2024).

Em contraponto, observa-se que dos professores que atuam no AEE 42,1% apresentaram formação continuada em 2023. Porém, esse número é inferior a qualificação desses docentes em 2012, que era de 49,2% (Gráfico 7).

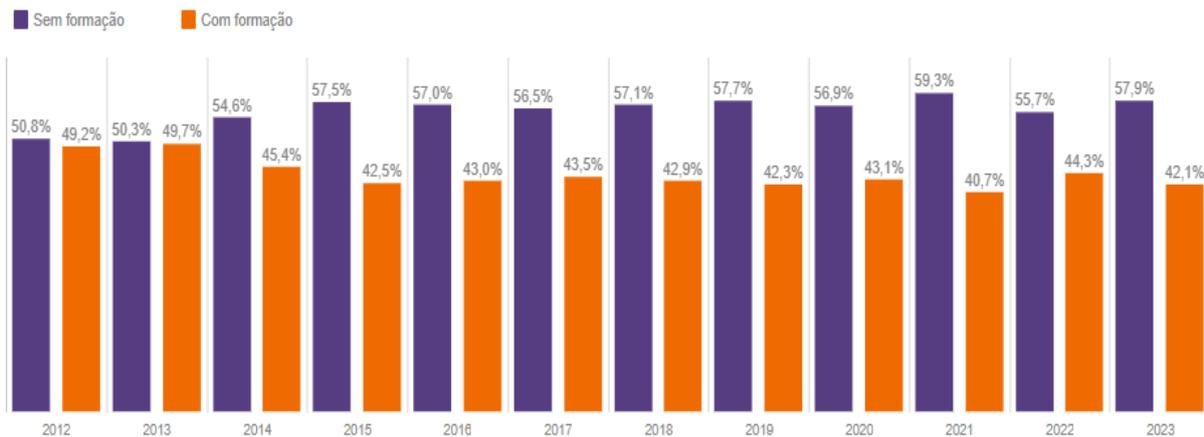
Os dados o gráfico 7 exigem uma análise aprofundada visando identificar as possíveis causas desse fenômeno, uma vez que a formação docente para a EI é um tema crucial para a garantia da qualidade do ensino e da aprendizagem de todos os estudantes, impactando diretamente a efetividade da inclusão escolar.

Gráfico 6. Educação continuada de professores regentes de escolas regulares sobre educação especial 2012 a 2023.



Fonte: Instituto Rodrigo Mendes (2024)

Gráfico 7. Professores do Atendimento Educacional Especializado com formação continuada Sobre Educação Especial



Fonte: Instituto Rodrigo Mendes (2024)

Dessa forma é imprescindível investir em uma formação continuada de qualidade, que contemple as diversas necessidades educacionais dos alunos e ofereça aos professores as ferramentas necessárias para atuar em um contexto de diversidade.

A formação inicial dos futuros docentes para a educação especial na perspectiva inclusiva deve iniciar nos primeiros semestres do ensino superior. Dessa maneira, a atualização dos currículos dos cursos de licenciatura e estágios específicos nessa área são medidas essenciais para promover essa transformação.

Oliveira *et al.* (2022) enfatiza que a oficialização da Libras como língua oficial na grade curricular, principalmente nos cursos de nível superior, foi um grande passo em benefício da comunidade surda, pois prevê uma gama de direitos listados na lei que a regulamenta. Entretanto, a simples adoção dessa língua não é suficiente para a escolarização do surdo dentro do contexto de aprendizado.

De acordo com a LDB e o Plano Nacional de Educação (PNE) a implementação de políticas públicas que valorizem a formação continuada e ofereçam incentivos aos professores é fundamental para garantir a qualidade da EI (Brasil, 1996; 2014).

É preciso criar um ambiente que valorize a diversidade e promova a colaboração entre diferentes profissionais da educação. Portanto, a parceria entre universidades, escolas e comunidades é fundamental e contribui para a construção de um modelo de educação mais eficaz e relevante.

Além disso, é fundamental investir em recursos pedagógicos adequados e em uma gestão escolar comprometida com a inclusão. Finalmente a avaliação e o monitoramento contínuos dos processos de formação são essenciais para identificar as dificuldades e os avanços, e realizar os ajustes necessários.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências coletadas de diversas fontes bibliográficas indicam avanços significativos na inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas nas escolas regulares do Brasil.

O aumento no número de matrículas em classes regulares é um indicativo positivo do progresso em direção à efetivação da política nacional de EI. Contudo, ainda enfrentamos desafios consideráveis, especialmente no que diz respeito à acessibilidade física e comunicacional nas instituições de ensino.

A carência de recursos e a falta de adaptações arquitetônicas limitam a participação plena de muitos alunos nas atividades escolares, evidenciando a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura adequada, aquisição de tecnologias assistivas e promoção da acessibilidade em todos os ambientes escolares.

É imprescindível fortalecer o AEE, que desempenha um papel crucial no suporte a alunos com necessidades específicas. No entanto, a escassez de profissionais qualificados e a falta de recursos adequados comprometem a regularidade e a qualidade desse atendimento, que deve complementar as ações pedagógicas realizadas em sala de aula. Para que o AEE seja efetivo, é fundamental que haja uma formação contínua e especializada para os educadores, além de um aumento no número de profissionais capacitados.

A evasão e a reprovação de alunos com necessidades educacionais específicas permanecem como questões preocupantes que demandam atenção. É essencial aprofundar as pesquisas para identificar as causas subjacentes a esses problemas e desenvolver soluções que promovam a permanência e o sucesso escolar desses alunos. Isso inclui a implementação de estratégias de apoio individualizado e a criação de um ambiente escolar que valorize a diversidade.

Ademais, a avaliação das aprendizagens deve ser reavaliada, priorizando a valorização dos processos e das individualidades dos alunos, em vez de aplicar critérios padronizados que podem ser excludentes. A adoção de práticas avaliativas mais inclusivas e adaptadas às necessidades de cada estudante é fundamental para garantir que todos tenham a oportunidade de demonstrar seu aprendizado e potencial.

Em suma, a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva requer um compromisso coletivo de todos os envolvidos (governo, escolas, famílias e sociedade civil) para superar os desafios existentes e garantir o direito à educação de qualidade para todos os alunos.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFANO, B.; CASTRO M. Apenas 0,1% das escolas brasileiras são totalmente acessíveis; ferramenta do GLOBO mostra as que se saem melhor. O Globo. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/02/29/apenas-01percent-das-escolas-brasileiras->

[sao-totalmente-acessiveis-ferramenta-do-globo-mostra-as-que-se-saem-melhor.ghtml](#) Acesso em: 04 out. 2024.

AVANCINI, M. **Censo Escolar 2023: país mantém crescimento de matrículas em escolas inclusivas**. Instituto Rodrigo Mendes, 2024. Disponível em: <https://diversa.org.br/noticias/censo-escolar-2023-pais-mantem-crescimento-de-matriculadas-em-escolas-inclusivas/> Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Decreto Federal nº 7611 de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 18 de novembro de 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências**. Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério Da Educação. Secretaria De Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva** - PNEEPEI/MEC. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CASTRO, M. L. O.; BRITTO, T. F. **O Atendimento Escolar de Alunos com Altas Habilidades ou Superdotação: Desafios e propostas legislativas**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Dezembro 2023 (Texto para Discussão nº 323). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td323> Acesso em: 5 out. 2024.

DSM-5-TR. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V**. APA - Associação Americana de Psiquiatria. Washington: American Psychiatric Publishing, 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7ª ed. Editora Atlas SA, 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao.html> Acesso em: 01 out. 2024

INEP - Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). **Censo Escolar da Educação Básica 2023. Resumo Técnico**. Brasília, DF, 2024a. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf) Acesso em: 20 set. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). **Censo da Educação Básica 2023. Divulgação dos resultados**. Brasília, DF, 2024b. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/censo\\_escolar/res](https://download.inep.gov.br/censo_escolar/res)

[ultados/2023/apresentacao\\_coletiva.pdf](#)

Acesso em: 27 set. 2024.

INSTITUTO UNIBANCO. **Educação inclusiva é positiva para todos.** Aprendizagem em Foco, nº 24, 2017. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/24/> Acesso em: 04 ago. 2024.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil.** Brasília: Ipea, 2024. 17 p. (Cadernos ODS, 4). Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14124/4/Agenda\\_2030\\_ODS\\_4\\_Assegurar\\_a\\_educacao\\_inclusiva.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14124/4/Agenda_2030_ODS_4_Assegurar_a_educacao_inclusiva.pdf) Acesso em: 20 ago. 2024.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Painel de Indicadores da Educação Especial disponibiliza atualização de dados do Censo Escolar 2023.** 2024. Disponível em: <https://institutorodrigomendes.org.br/painel-indicadores-atualizacao-censo-2023/> Acesso em: 10 out. 2024

OLIVEIRA, A. S. A.; ABREU, C. S.; BRAUNA, M. P.; OLIVEIRA, N. S. A.; OLIVEIRA, S. Educação Especial: os desafios da inclusão de alunos surdos no contexto escolar. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 18, 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/2/18/educacao-especial-os-desafios-da-inclusao-de-alunos-surdos-no-contexto-escolar> Acesso em: 5 out. 2024.

ONU – Organização das Nações Unidas, Brasil. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Meta 4 - Educação de qualidade. 2024** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4> Acesso em: 10 set. 2024